



intervozes
coletivo brasil de comunicação social

São Paulo, novembro de 2019

Ref: Indicações CCS – representação da sociedade civil

Excelentíssimos,

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso Nacional, está em vias de renovar sua composição. De acordo com recomendação à Mesa Diretora do Congresso, os critérios que devem orientar a composição da lista a ser submetida aos parlamentares no que diz respeito à representação da sociedade civil no órgão são:

- Nomes indicados por organizações/instituições de âmbito nacional e que, reconhecidamente, representem segmentos expressivos da sociedade, como mulheres, negros e jovens, rádio ouvintes, telespectadores, leitores, internautas, dentre outros;
- Nomes indicados por organizações/instituições de pesquisa sobre comunicação;
- Nomes indicados por organizações/instituições que representam fundações que atuem na comunicação social e não estão representadas nas vagas destinadas às empresas privadas;
- Nomes indicados por organizações/instituições de âmbito nacional que, comprovadamente, atuam no campo jurídico;
- Nomes indicados por organizações/instituições de âmbito nacional que, comprovadamente, atuam na área de comunicação.

Pelo exposto, o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social vem, por meio desta, indicar o nome da jornalista Bia Barbosa, coordenadora do Intervozes, como uma das representantes da sociedade civil no CCS.

Bia Barbosa é jornalista formada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), com especialização em direitos humanos pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco/USP, no tema Sistema Público e a garantia do Direito Humano à Comunicação, e mestrado em Gestão e Políticas Públicas pela FGV/SP e o Instituto de Ciência Política de Paris, onde pesquisou a atuação dos órgãos reguladores de comunicação na França e Inglaterra. Trabalhou na Editora Abril e foi editora da Agência Carta Maior, colaboradora da Revista Caros Amigos e, em Paris, fez trabalhos para a Unesco, Rádio França Internacional, O Estado de S. Paulo e Agência Reuters. É co-autora dos livros "A Sociedade Ocupa a TV – O caso Direitos de Resposta" (2007) e "Por uma opinião pública democrática" (2014).

É fundadora e atualmente coordenadora do Intervozes. O Intervozes (www.intervozes.org.br) foi fundado em 2003 como uma associação civil sem fins lucrativos, com o objetivo central de promover o direito humano à comunicação e lutar por sua efetivação. Em 2005, o coletivo lançou o Centro de Referência do Direito à

Comunicação, que desenvolveu uma proposta de indicadores do Direito à Comunicação para o país e hoje conta com o Observatório do Direito à Comunicação. Entre 2008 e 2009, o Intervozes atuou em vários estados do Brasil na construção da I Conferência Nacional de Comunicação (I Confecom), por meio da participação em 15 Comissões Estaduais e como membro da Comissão Organizadora Nacional (oficial) da Confecom, coordenada pelo então Ministério das Comunicações.

Também integrou uma gestão do Comitê Gestor da Internet no Brasil, tendo sido eleito para uma das vagas de representação da sociedade civil. Em 2010, em parceria com a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Intervozes coordenou a aplicação piloto dos Indicadores para o Desenvolvimento da Mídia, da UNESCO, no Brasil.

Entre 2013 e 2014, a organização teve participação fundamental na aprovação do Marco Civil da Internet, tendo formulado propostas e contribuído para a sensibilização da sociedade brasileira para o tema dos direitos digitais na Internet. Desde 2010, é uma das entidades coordenadoras da Campanha Banda Larga é Direito Seu. Em 2014, o Intervozes lançou o Guia Mídia e Direitos Humanos, com sugestões para uma cobertura ética sobre o tema, chegando a receber o prêmio nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. No mesmo ano, a organização foi eleita para representar a sociedade civil no Conselho Nacional de Direitos Humanos, sendo reeleita em 2016, onde coordena a Comissão de Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação.

Outras publicações do Intervozes: Vozes da Democracia (2007); Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: Experiências de doze países e o caso brasileiro (2009); Caminhos para a Universalização da Internet Banda Larga: Experiências internacionais e o desafio brasileiro (2011, em parceria com o CGI.br); Vozes Silenciadas – Mídia e Protestos (2015); Direito à Comunicação no Brasil 2016 (2017); Neutralidade de rede na América Latina: regulamentação, aplicação da lei e perspectivas – os casos do Chile, Colômbia, Brasil e México (2017); Marco Civil da Internet: violações ao direito de acesso universal previsto na lei (2018); Monopólios Digitais: concentração e diversidade na Internet (2019); Direito à Comunicação no Brasil 2018 (2019); Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news (2019);

O coletivo também tem se dedicado à litigância sobre casos emblemáticos no setor, integrando o Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação, iniciativa do Ministério Público Federal em parceria com organizações da sociedade civil, nos estados de SP, RJ e Paraíba. Desde 2013, o Intervozes acompanha sistematicamente os trabalhos do Conselho de Comunicação Social, já tendo contribuído em diferentes ocasiões com seus debates, como o ocorrido em torno da Medida Provisória que alterou a lei que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Integra a Coalizão Direitos na Rede, uma rede independente de organizações da sociedade



intervozes
coletivo brasil de comunicação social

civil, ativistas e acadêmicos em defesa da Internet livre e aberta no Brasil. Formada em julho de 2016, busca contribuir para a conscientização sobre o direito ao acesso à Internet, a privacidade e a liberdade de expressão de maneira ampla. Atuou, inda, de forma intensa pela aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Acreditamos, assim, que nossa representação poderá contribuir de maneira significativa com a qualidade dos debates realizados por este Conselho, apresentando uma perspectiva representativa da sociedade civil brasileira sobre esses temas.

Respeitosamente,

André Pasti

Coordenador e representante legal
Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social